

PT

PT

PT



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 28.10.2009
SEC(2009) 1433 final

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO

que acompanha o

**RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO
COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES**

**Opções de rotulagem relativa ao bem-estar dos animais e criação de uma Rede Europeia
de Centros de Referência em matéria de protecção e bem-estar dos animais**

RESUMO DO RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

{COM(2009) 584 final}

{SEC(2009) 1432}

ANTECEDENTES

Em 2006, foi adoptado o Plano de Acção Comunitário relativo à Protecção e ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010. O plano destaca a importância da informação ao consumidor como parte de uma estratégia de comunicação mais geral sobre o bem-estar dos animais e da futura criação de um centro europeu para o bem-estar dos animais.

Em 2005 e 2006 foram realizados três inquéritos Eurobarómetro sobre o bem-estar dos animais. Os resultados mostraram que existe um forte apoio da opinião pública a algum tipo de rótulo ou logotipo que dê informação sobre o bem-estar dos animais no âmbito do processo de produção alimentar.

Em Dezembro de 2006, a DG SANCO publicou um **resumo dos resultados da consulta** «Rotulagem: competitividade, informação aos consumidores e melhor regulamentação para a UE»¹, que abrange também a rotulagem em matéria de bem-estar dos animais. A grande maioria dos inquiridos considera que a informação sobre as condições de bem-estar dos animais aplicadas à produção alimentar é relevante para os consumidores, além de constituir uma oportunidade de mercado potencial para os produtores e retalhistas.

Em Maio de 2007, o Conselho de Ministros adoptou conclusões sobre a rotulagem em matéria de bem-estar dos animais², e convidou a Comissão a apresentar um relatório sobre a questão para se empreender uma discussão aprofundada.

Na sequência do Plano de Acção e dos inquéritos, e de modo a alimentar o debate, a DG SANCO deu início a uma análise das várias opções legislativas e não legislativas para a rotulagem sobre o bem-estar dos animais e o estabelecimento de uma rede de centros de referência em matéria de bem-estar dos animais. Contudo, nenhuma das iniciativas por si só contribuirá para aumentar as condições de bem-estar dos animais como tal. O objectivo da iniciativa sobre rotulagem é aumentar o nível dos conhecimentos do consumidor sobre o assunto, entre outras opções através da informação prestada no rótulo, e o da proposta de centros de referência é harmonizar as normas de bem-estar dos animais e promover a partilha e o uso das melhores práticas no domínio. Para preparar o relatório, a DG SANCO encomendou uma análise da viabilidade dos vários modos de apresentar a informação sobre o bem-estar dos animais nos produtos de origem animal e de criar um centro comunitário de referência para a protecção e o bem-estar dos animais. O estudo foi realizado pela **Civic Consulting** (responsável), com o contributo da **Agra CEAS Consulting**, do consórcio de avaliação da cadeia alimentar.

O estudo concluiu que os consumidores consideravam grave a falta de informação, nos produtos, sobre as condições de bem-estar dos animais. No decurso do estudo, os consultores encontram várias razões para esta falta de informação no mercado, nomeadamente:

- a inexistência de um sistema harmonizado de normas de bem-estar dos animais para efeitos de rotulagem;
- a dificuldade de comunicar ao consumidor de forma clara as diferenças que existem nessas normas consoante os produtos alimentares; e

¹ http://ec.europa.eu/food/food/labellingnutrition/betterregulation/competitiveness_consumer_info.pdf.

² http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/agricult/93986.pdf.

- a evolução dos diferentes regimes de rotulagem em matéria de bem-estar dos animais em diferentes partes da Europa, o que cria diferenças entre os produtos e desigualdades de mercado para os diferentes operadores.

Tendo em conta os resultados da exaustiva consulta realizada junto das partes interessadas durante o estudo de viabilidade, a Comissão explora, no relatório, as opções políticas para resolver o problema da falta de informação dos consumidores e das desigualdades do mercado único, incluindo as possibilidades de aplicar um regime de rotulagem voluntário/obrigatório e criar uma rede europeia de centros de referência para partilhar as melhores práticas em matéria de bem-estar dos animais. Nesta fase, o relatório não indica quaisquer medidas cuja execução tenha sido acordada, limitando-se a examinar várias opções que poderiam ser utilizadas para alcançar os objectivos do Plano de Acção.

A Avaliação de Impacto apresenta uma análise que apoia o desenvolvimento de orientações estratégicas sobre a melhoria da comunicação e a criação de uma rede de centros de referência em matéria de bem-estar dos animais, tal como indicado no relatório. O relatório, previsto para o Outono de 2009, não contém propostas legislativas definitivas — estas serão apresentadas mais tarde se necessário e acompanhadas pela respectiva avaliação de impacto.

Dados os diferentes impactos nas áreas abrangidas pelo relatório, a avaliação de impacto foi dividida em duas partes — a primeira centrada nos impactos das diferentes opções para melhorar a comunicação aos consumidores sobre o bem-estar dos animais no sector pecuário e a segunda que avaliará os impactos da criação de uma rede de centros de referência.

PARTE I: ROTULAGEM EM MATÉRIA DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

A DG SANCO está a explorar a possibilidade de criar um sistema de rotulagem em matéria de bem-estar dos animais para melhorar a informação ao consumidor sobre as condições de bem-estar e os regimes em vigor, e harmonizar o mercado interno para evitar grandes diferenças entre as normas utilizadas sob o termo genérico «bem-estar». Esta iniciativa não pretende aumentar os níveis mínimos estabelecidos na legislação comunitária nem incrementar o cumprimento dos requisitos legislativos em vigor.

A presente avaliação de impacto foca-se nas opções delineadas no relatório sobre rotulagem em matéria de bem-estar dos animais para traçar um panorama dos impactos que cada uma delas terá nas várias partes interessadas. Dada a fase precoce de desenvolvimento em que se encontra esta política, a análise de impacto é essencialmente qualitativa, embora sejam apresentadas estimativas quantitativas do potencial impacto sempre que possível.

No caso da rotulagem obrigatória, são consideradas várias opções:

- rotulagem obrigatória sobre as normas de bem-estar respeitadas na produção dos produtos de origem animal,
- rotulagem obrigatória sobre o sistema de criação utilizado na produção dos produtos de origem animal, e
- rotulagem obrigatória sobre o cumprimento das normas mínimas europeias ou outras equivalentes.

A avaliação de impacto considera ainda opções voluntárias, como:

- fixação de requisitos para a utilização voluntária de alegações sobre o bem-estar dos animais;
- criação de um rótulo comunitário de bem-estar dos animais, voluntário e aberto à utilização de todos os que preencham os respectivos critérios;
- redacção de orientações para regimes de rotulagem em matéria de bem-estar dos animais e qualidade.

Embora a avaliação de impacto não apresente conclusões definitivas sobre nenhuma das opções de rotulagem em matéria de bem-estar dos animais, identifica as opções legislativas e não legislativas que considera mais exequíveis nesta fase (requisitos harmonizados para alegações voluntárias de bem-estar dos animais e/ou rótulo comunitário de bem-estar dos animais). Espera-se que o relatório e a avaliação de impacto em conjunto contribuam para facilitar um debate interinstitucional aprofundado sobre o assunto que permita concluir se é necessário empreender uma acção comunitária suplementar.

PARTE II: REDE EUROPEIA DE CENTROS DE REFERÊNCIA PARA A PROTECÇÃO E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

O objectivo da segunda parte da avaliação de impacto é explorar e avaliar a viabilidade das várias opções que se colocam à criação de uma rede europeia de centros de referência para a protecção e o bem-estar dos animais (ENRC).

As opções para desenvolver um centro de referência comunitário centralizado foram consideradas à luz das seguintes preocupações suscitadas na consulta:

- inexistência de normas/indicadores harmonizados de bem-estar dos animais para incrementar o bem-estar dos animais;
- falta de coordenação dos recursos existentes para partilhar melhores práticas;
- necessidade de uma fonte de informação independente a nível da UE; e
- duplicação de actividades devida a uma falta de coordenação a nível da UE.

À luz destes factores, a Comissão está a discutir opções com as quais espera poder alcançar uma maior coordenação dos recursos existentes, de par com a identificação de necessidades futuras, e assegurar uma abordagem mais coerente e coordenada relativamente à protecção e ao bem-estar dos animais nos diversos domínios políticos da Comissão.

As principais opções políticas discutidas na avaliação de impacto são as seguintes:

- manutenção da situação actual (opção de *status quo*),
- várias opções diferentes para uma abordagem centralizada,
- várias opções para uma abordagem descentralizada, e

- uma estratégia específica para cada tarefa que diferencie os aspectos centrais dos restantes.

Conquanto a avaliação de impacto não identifique uma opção preferida nesta fase, conclui-se que, se for preciso tomar medidas comunitárias neste domínio, o mais exequível seria uma abordagem mista com base em elementos descentralizados e centralizados.

AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS FUTURAS POSSÍVEIS

Esta é a primeira etapa na avaliação dos impactos das diferentes opções políticas; quaisquer decisões políticas definitivas que possam ser tomadas em consequência deste debate estarão subordinadas às suas próprias avaliações de impacto para determinar a sua viabilidade orçamental e avaliar melhor os seus custos. Serão obtidos dados sobre os consumidores e a sua procura de informação sobre o bem-estar dos animais, a distorção da concorrência devido à falta de um quadro comunitário harmonizado para estabelecer critérios de rotulagem nesta matéria, e as oportunidades que existem no mercado para os produtores que queiram aplicar normas neste domínio mais elevadas do que as exigidas pela legislação comunitária.

A avaliação de qualquer proposta futura para um regime de rotulagem será baseada nos seguintes critérios:

- em que medida as diferentes opções políticas permitiriam desenvolver um sistema de rotulagem ser desenvolvido com base em bases científicas sólidas e parâmetros de referência para avaliar o nível de bem-estar dos animais,
- em que medida as diferentes opções políticas permitiriam a fiscalização/auditoria e certificação por entidades independentes de certificação,
- em que medida as diferentes opções políticas evitariam distorções da concorrência,
- em que medida as diferentes opções políticas constituiriam uma ferramenta fiável, de fácil utilização e transparente para informar sobre as normas de bem-estar e permitir aos consumidores fazer escolhas informadas, e
- em que medida as diferentes opções seriam conformes às obrigações internacionais com parceiros comerciais de países terceiros.

Em relação às opções para o estabelecimento de uma ENRC, a avaliação será baseada nos seguintes princípios:

- a ENRC deveria complementar, e não repetir, as actividades actualmente desenvolvidas por outros organismos comunitários,
- todas as áreas de utilização animal deveriam ser contempladas, e
- o Centro deveria ser independente de interesses externos.

Os impactos mais significativos que se esperam são os impactos sociais e económicos, na informação dos consumidores, na distorção da concorrência, nos preços no consumidor, nos custos para produtores, nos regimes em vigor, no comércio intracomunitário e no comércio externo. Serão devidamente tidos em conta os impactos na sobrecarga administrativa, nas

PME e no ambiente, bem como o impacto da introdução de critérios de bem-estar em actuais ou futuros regimes de rotulagem da qualidade, como o da agricultura biológica.

Estes impactos serão avaliados utilizando os resultados do projecto *Welfare Quality* e de um estudo externo de avaliação dos possíveis impactos sociais, económicos e ambientais. Serão ainda realizados mais inquéritos aos consumidores (Eurobarómetro) para determinar se ainda são válidas as opiniões dos consumidores indicadas em avaliações anteriores (vontade de pagar, etc.) ou se existem novos factores que influenciam os actuais hábitos de compra dos consumidores.